



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM Nº **36** /2015.

Maceió, **15** de **setembro**

*Senhor Presidente,*

Consoante o disposto no art. 107, inciso XII da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei *que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2016-2019, nos termos do art. 176, § 1º da Constituição Estadual, e dá outras providências.”*

O Plano Plurianual – PPA compreende as diretrizes estratégicas de governo e os programas, com seus respectivos objetivos, ações e metas de forma regionalizada, que serão executados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público no quadriênio 2016-2019.

O Estado de Alagoas tem uma economia pouco diversificada territorial e setorialmente, com elevada pobreza, baixa qualificação da força de trabalho e os serviços prestados à sociedade ainda não têm a qualidade requerida pela população, necessitando, pois, de constantes melhorias.

O Setor Público Estadual encontra-se em difícil situação econômico-financeira; o Estado não tem recursos suficientes para manter-se no ritmo de investimento desejado, pois a maior parte de seus gastos está concentrada no pagamento de servidores e da dívida.

O resgate do equilíbrio econômico-financeiro, a recuperação da capacidade de investimento e a prestação de serviços públicos adequados, principalmente nas áreas de educação, saúde, segurança pública e assistência social, representam, além de compromissos reconhecidos e assumidos por esta gestão, as condições básicas para a viabilização dos programas, ações e metas previstas neste PPA. Enfrentar e transformar essa situação é o grande desafio deste Governo.

Com isso, o processo de elaboração do PPA buscou, não somente, atender à exigência constitucional, mas submeter ao Poder Legislativo um conjunto de programas e ações de Governo que deverão nortear os orçamentos do Estado no período compreendido entre os anos de 2016 e 2019, bem como inserir na administração estadual os princípios e processos indispensáveis à gestão pública, a saber:

a) a incorporação da participação da sociedade e da dimensão regional no processo de planejamento, que envolveu a realização de 09 (nove) oficinas regionais: Agreste, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Médio Sertão, Tabuleiros do Sul, Metropolitana, Norte, Planalto da Borborema e Serrana dos Quilombos e na participação por meio da internet, através do PPA Online;

Excelentíssimo Senhor

**Deputado LUIZ DANTAS LIMA**

**Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.**

NESTA



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

b) a indicação de disponibilidade de recursos para execução de programas em bases realistas, conforme discriminado no “Cenário Fiscal”; e

c) a adoção de programação enxuta, baseada na técnica do orçamento-programa e centrada nos principais problemas e demandas identificados junto à sociedade alagoana, conferindo foco e transparência na ação de governo.

A proposta de Plano que ora submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Tavares Bastos foi elaborada buscando assento em bases sólidas de finanças públicas e de capacidade de gestão, tais como:

a) adoção de criteriosa e realista programação orçamentária e financeira para execução de despesas em todos os órgãos da administração pública;

b) o cumprimento das metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, acordadas com a União e dos limites de endividamento instituídos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, condições indispensáveis para a credibilidade do Estado; e

c) o compromisso com a adimplência dos salários dos servidores públicos, respeitando o calendário anual de pagamento em um momento da grave crise econômica que assola o país.

Em 2017, Alagoas completará 200 anos de independência. Poderíamos alcançar essa data histórica em condições sociais, econômicas e ambientais em melhor situação. Mas, próximo de completar o bicentenário da emancipação, o belo e maravilhoso estado, com sua brava e humilde gente, na sua grande maioria, sequer tem condição de exercer os direitos à cidadania.

Os eixos de desenvolvimento e as dimensões estratégicas expressam a base e a direção das prioridades a serem trabalhadas para uma nova configuração estratégica na condução do Estado, de forma a assegurar a implementação de um processo de atuação governamental que seja coadunado com a leitura do seu quadro de realidade e que possibilite colocar sua economia em uma trajetória de desenvolvimento de forma sustentada.

Nesse viés, e, em consonância com a visão de futuro definida, a estrutura analítica para o Plano Plurianual do Estado de Alagoas 2016-2019 resultou na configuração de 04 (quatro) eixos de desenvolvimento, 01 (um) eixo de gestão e participação e 08 (oito) dimensões estratégicas, que tem como fundamento principal a visão de que o “*desenvolvimento desconcentrado com transformação social*” é a melhor forma de assegurar um desenvolvimento equilibrado de suas regiões com distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida dos alagoanos.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

Por essas razões, as propostas elencadas por este Projeto de Lei são pontos iniciais para uma nova filosofia de desenvolvimento para o Estado, conservando o que aqui se fez de mais importante e estratégico anteriormente.

O financiamento do Plano Plurianual para o período 2016-2019 contempla recursos do Tesouro no valor de R\$ 3.816.723.864,00 (três bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais); Convênios no valor de R\$ 2.386.342.296,00 (dois bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais); Recursos da Administração Indireta no valor de R\$ 624.551.262,00 (seiscentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais); Operações de Crédito no valor de R\$ 20.524.000,00 (vinte milhões, quinhentos e vinte e quatro mil reais); e de Investimentos das Estatais no valor de R\$ 22.495.638,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais), perfazendo um valor total de R\$ 6.870.637.060,00 (seis bilhões, oitocentos e setenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil e sessenta reais).

Acompanha este PPA o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016. Esta forma de encaminhamento é adotada por todas as unidades da federação para corrigir uma incoerência do sistema orçamentário, que se verifica no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, porquanto a LDO de 2016 – Lei Estadual nº 7.728, de 10 de setembro de 2015, foi elaborada previamente à elaboração deste PPA por determinação constitucional, gerando, assim, uma contradição, já que deve a LDO seguir os ditames traçados pelo PPA.

Na certeza de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência e vossos dignos Pares para a aprovação do Projeto de Lei em questão, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e apreço.

  
**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**  
Governador



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**PROJETO DE LEI Nº 143 /2015**

**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA  
O PERÍODO DE 2016-2019, NOS TERMOS DO  
ART. 176, § 1º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:**

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, em cumprimento ao disposto no art. 176, § 1º da Constituição Estadual, conforme especificado no Anexo Único desta Lei.

**Parágrafo único.** Para cumprimento das disposições constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual, consideram-se:

I – Eixos: estruturas focais de concentração dos melhores esforços e recursos, visando às transformações e melhorias desejadas na realidade, relacionando-se com os destinatários da atuação do Governo;

II – Dimensões Estratégicas: conjunto de grandes escolhas que orientam a construção de uma visão de futuro de médio e longo prazos para um dado segmento da realidade econômica, social, ambiental e mercadológica, visando à geração e apropriação de valor, e atua sob condições de incerteza;

III – Programas: instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações;

IV – Objetivos: os resultados que se deseja alcançar;

V – Ações: operações das quais resultam produtos – bens ou serviços – que contribuem para atender ao objetivo de um programa;

VI – Produtos: bem ou serviço que resulta da ação; e

VII – Metas: a quantificação física do produto a ser ofertado.

**Art. 2º** As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2016, atendendo ao disposto no art. 3º da Lei Estadual nº 7.728, de 10 de setembro de 2015, são as definidas no Capítulo 5 do Anexo Único desta Lei.





ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

**Art. 3º** Os códigos e os títulos dos programas e das ações orçamentárias deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais, em seus créditos adicionais e nas leis que os modifiquem.

**Parágrafo único.** Os códigos de que trata o *caput* deste artigo prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

**Art. 4º** A alteração ou a exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados ao Poder Legislativo até 15 de setembro.

§ 2º A proposta de inclusão de programa conterá, no mínimo:

- I – diagnóstico sobre a atual situação do problema a ser enfrentado;
- II – identificação com os Eixos e Dimensões Estratégicas que norteiam os programas e as ações, respectivamente; e
- III – indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.

§ 3º Na hipótese de alteração ou exclusão de programa, o projeto conterá exposição das razões que motivaram a proposta.

§ 4º Considera-se alteração de programa:

- I – adequação de denominação, adequação de objetivo;
- II – inclusão ou exclusão de ações; e
- III – alteração do título da ação, dos produtos, das metas, das unidades de medida e dos custos.

§ 5º As alterações de que trata o inciso II, do § 4º deste artigo poderão ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que:

- I – decorram de fusão ou desmembramento de atividades do mesmo programa;
- II – refiram-se a investimentos limitados a um exercício financeiro;



ESTADO DE ALAGOAS  
GABINETE DO GOVERNADOR

III – na hipótese de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, respeitando o disposto no art. 178, § 1º da Constituição Estadual, apresente anexo específico contendo as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes deste Plano; ou

IV – sejam programações incluídas ou excluídas decorrentes de emendas parlamentares.

**Art. 5º** A gestão do Plano Plurianual observará os princípios da transparência, eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão da programação governamental.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

**Art. 6º** O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, anualmente, relatório de avaliação do PPA, demonstrando os seguintes aspectos:

I – desempenho do conjunto de programas de cada área de atuação do Governo em relação aos objetivos estabelecidos;

II – demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior comparado com o índice final previsto;

III – demonstrativo, por programa e por ação, de execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, distinguindo as fontes de recursos – fiscal, seguridade social e investimento das empresas; e

IV – consolidação da realização física e financeira das metas de projetos e atividades de cada um dos programas de cada unidade orçamentária ou órgão.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Ficam revogadas as disposições em contrário.